

O ENSINO RELIGIOSO E A REPRESENTAÇÃO DO TRANSCENDENTE NAS TRADIÇÕES JUDAICA E CRISTÃ

GARCEZ, Assunção A. Báez¹

RU 2473598

SANTOS, Wilson Xavier dos²

RESUMO

O presente trabalho, traz um resumo da trajetória do Ensino Religioso no Brasil, mostrando que foram muitos capítulos até sua efetivação como disciplina do currículo normal da educação. Destaca ainda as discussões ocorridas no âmbito político e educacional, que resultaram na legislação vigente atual e na conclusão de que a relevância desta área do conhecimento para a formação humana, o torna indispensável nas escolas. Também aborda o conceito de transcendente em suas diferentes concepções, além de sua importância para as tradições religiosas, focando especificamente nas tradições judaica e cristã, bem como sua base epistemológica histórica e bibliográfica sagrada, mostrando as semelhanças e diferenças entre as duas tradições, bem como no relacionamento dos seus adeptos, com suas respectivas divindades e o quanto isso reflete na vida pessoal e coletiva das pessoas. Por fim o trabalho também se propõe a servir como uma das bases de conteúdo, para uma futura construção didática e pedagógica de apoio aos professores de Ensino Religioso, visto a pouca oferta de livros e materiais didáticos desta área de conhecimento.

Palavras-chave: Educação. Religiões. Transcendente. Tradição.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo nasceu da necessidade de ampliar o conhecimento sobre a trajetória do Ensino Religioso como disciplina escolar, também sobre como o Transcendente se apresenta nas diferentes tradições religiosas, assunto este contemplado dentro do eixo temático Teologias, tendo como subtema “Divindades”, previsto nos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Religioso (FONAPER, 2009).

¹ Aluna do Centro Universitário Internacional UNINTER. Artigo apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso. 2º S e m - 2021.

² Professor Orientador no Centro Universitário Internacional UNINTER.

Compreende-se ainda que diante da grande diversidade religiosa existente em todas as sociedades e por consequência na comunidade escolar, é necessário que o professor de Ensino Religioso (ER) tenha conhecimento sobre as diferentes formas pelas quais as tradições religiosas referem-se e cultuam o seu Transcendente. Partindo desta compreensão se faz necessário uma correta compreensão da denominação de termos que remetem ao sagrado, às divindades ou aquilo que está além do entendimento humano, mas que é o objeto de culto ou devoção das religiões, visto que as quatro matrizes religiosas (Oriental, Ocidental Semita, Africana e Indígena), apresentam diferentes concepções da manifestação do Transcendente e sua relação com o ser humano. Essas concepções se manifestam nas práticas religiosas e até mesmo nos termos utilizados quando as religiões se referem ao numinoso. Podemos exemplificar através das diferentes concepções de Deus apresentadas no Cristianismo, onde alguns consideram Jesus como o “próprio Deus”, enquanto outros o consideram apenas o “filho de Deus”.

Além disso, em face a escassez de materiais para o desenvolvimento das aulas de ER, o presente projeto poderá contribuir para a elaboração de materiais didáticos adequados e contextualizados, isentos de proselitismos de qualquer natureza e que poderão ser utilizados para o enriquecimento das aulas de ER no Ensino Fundamental. Também procura-se responder aqui, as indagações sobre quais seriam as contribuições do Ensino Religioso, para a educação integral e como a disciplina se consolidou no currículo da educação básica.

Também podemos estabelecer os objetivos principais, tais como; estabelecer um pequeno histórico do Ensino Religioso e como aconteceu sua inserção na Educação Básica; compreender a estruturação dos eixos temáticos que delineiam a abordagem pedagógica do Ensino Religioso no Ensino Fundamental; compreender e descrever de que forma o transcendente é concebido dentro da tradição judaico-cristã e quais representações assume diante da teologia desta manifestação religiosa; conceituar divindade e transcendente de uma forma geral, detalhando a compreensão dentro desta manifestação religiosa; buscar reconhecer e compreender as manifestações do transcendente dentro das crenças Judaica e Cristã; organizar a pesquisa de forma que possa servir como base para produção de material didático-pedagógico para o ensino religioso em escolas de ensino fundamental.

2. O ENSINO RELIGIOSO E A TRADIÇÃO JUDAICO-CRISTÃ

2.1 História do Ensino Religioso

A história do Ensino Religioso na educação brasileira é marcada por diversas fases, tendo início ainda no período colonial e chegando até os nossos dias.

O Ensino Religioso no Brasil traz as marcas dos acontecimentos presentes no cenário brasileiro que persistem ao longo de sua trajetória no contexto da educação escolar, iniciada com os jesuítas na segunda metade dos anos 1500; e se prolonga durante todo o regime republicano, até os dias atuais. (CNBB, 2007)

A educação é definida de diversas formas, em diferentes contextos e em termos diferentes, permeados pela cultura e momentos históricos, mas todas essas definições apontam para um objetivo em comum, que é a formação integral do ser humano. Nesse ponto e com essa intenção é que o Ensino Religioso se apresenta como uma das disciplinas essenciais para o alcance dessa formação plena. A religiosidade é parte integrante da história humana e contribui muito para essa formação.

Dentre os inúmeros instrumentos de que dispõe a sociedade para alcançar tão elevado objetivo está à religião, pois somente quando se coloca a questão da transcendência, a que se denomina Deus, encontra a comunidade humana e cada uma das pessoas individualmente, respostas às perguntas fundamentais que todos se colocam diante da vida. (CATÃO, 1995)

O professor Pedro Luís Garcez, consegue resumir o papel e a importância do Ensino Religioso para a formação humana integral, em termos bem específicos;

O ER apresenta algumas ferramentas de observação científica, na intenção de contextualizar os fenômenos sociais de natureza religiosa, suas implicações e efeitos dentro da sociedade em que acontecem. Também busca orientar o aluno na busca pelo transcendental, não dando uma direção específica, mas mostrando que elas existem. E isso através de meios pelos quais ele buscará compreender a si mesmo e o mundo que o rodeia, respeitando a diversidade religiosa, a vida e natureza humanas (GARCEZ, 2010).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Religioso, celebram que “Pela primeira vez, pessoas de várias tradições religiosas, enquanto educadores conseguiram encontrar o que há de mais comum numa resposta educacional que tem como objeto de estudo o transcendente” (FONAPER, 2009).

Mas a trajetória foi bem mais longa e no período final do regime militar no Brasil – 1985 a 1987 o ER ainda era chamado Educação Religiosa e o país começa a abertura política. A luta era a inclusão do ER na carta Magna (Constituição). As representações do ER eram exclusivamente de entidades ou grupos religiosos cristãos e endossada pelo constituinte Siqueira Campos, nos seguintes termos: “A

educação religiosa será garantida pelo Estado no Ensino de 1º e 2º Graus, como elemento integrante da oferta curricular, respeitando a pluralidade cultural e a liberdade religiosa” (CNBB, 2007). Assim, o ER começa a caminhar em direção a sua efetivação na educação brasileira, resultado das negociações entre entidades religiosas e governamentais. No entanto os educadores ainda eram representados por essas entidades religiosas. A novidade é que a partir de então, outras denominações religiosas passam a fazer parte da liderança dessas entidades que lutam pelo ER e não somente a Igreja Católica (CNBB, 2007. p.85).

No período da Constituinte Federal – 1987 a 1988 e constituintes estaduais – 1988 a 1989, no país todo surgem esforços a fim de garantir o ER também no ensino médio. As iniciativas da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, através dos Encontros Nacionais de Coordenadores e Professores de Ensino Religioso (ENERS), continuaram sendo o único espaço em que se reuniam os representantes de todo o país para reflexões e debates sobre o assunto e o Ensino Religioso no Ensino Médio acabou sendo garantido apenas em alguns estados, nos demais apenas no Ensino Fundamental, o que se mostrou apenas mais um dos desafios pelos quais a disciplina passou. (CNBB, 2007 p.87).

Assim o ER consta na Constituição da República Federativa do Brasil, publicada no Diário Oficial da União nº 191-A de 05 de outubro de 1988 nos seguintes termos: “O Ensino Religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina nos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental” (BRASIL, 1988).

No entanto o ER continuou lutando por uma identidade bem definida, diferente de “aula de religião”, e neste período pós-constituinte, em que se estava elaborando a LDB, percebe-se que o ER se tornou uma questão bem complexa. A participação popular contribuiu muito para definição de seu papel na escola, e da sua contribuição para a educação integral (CNBB, 2007, p.93).

Na atualidade, a falta de profissionais formados na área, leva uma concepção equivocada sobre o que é o ER e boa parte dos professores que lecionam essa disciplina, não tratam o conteúdo e conceitos como realmente deveriam ser abordados, levando os alunos a confundirem o ER, com aula de religião:

Os números não colaboram para o Ensino Religioso, e a porcentagem de professores devidamente formados ainda é pequena. Isso decorre do fato de que uma graduação nessa área tem o mesmo tempo e custo de outras licenciaturas. Ao mesmo tempo, o professor dessa disciplina terá apenas uma aula por turma, forçando-o a lecionar em três e até quatro escolas para ter uma carga-horária razoável. Isso faz com que poucas pessoas queiram

investir seu tempo, dinheiro e forças, numa formação que, apesar de ser gratificante e riquíssima em conhecimento, dificilmente traz um retorno financeiro satisfatório. O resultado é que essas aulas acabam sobrando nos sistemas de ensino, permitindo que professores de outras áreas se aventurem nesse terreno pouco conhecido, desfigurando muitas vezes o que é o verdadeiro Ensino Religioso (GARCEZ, 2018)

Além dessa falta de profissionais, ainda existem outras questões que dificultam a atuação de professores, como a falta de conhecimento, até mesmo dos administradores dos sistemas educacionais sobre conceitos básicos do Ensino Religioso;

Basicamente a aula de religião tem relação com “doutrinação”, com ensino indutivo de caráter proselitista e normalmente parte da própria religião, ou seja, algo como catequese ou escola bíblica. Já o Ensino Religioso, na concepção da educação escolar, tem caráter pluralista e parte da análise epistemológica, histórica e social do fenômeno religioso e sua influência na sociedade e na vida das pessoas, visando o reconhecimento das diferenças, e, por consequência, incentivando o respeito e o combate aos preconceitos. (GARCEZ, 2018)

Ainda que comprovadas no campo acadêmico, pedagógico e didático, as contribuições do Ensino Religioso para a formação integral humana e que sua presença seja garantida pela Constituição Federal e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), a concepção do senso comum de educação, ainda mantém uma ideia utilitarista da aprendizagem escolar:

Uma objeção, também comum, tem relação com a concepção de educação que permeia a mente da população, que se pergunta: “Que finalidade prática tem o conhecimento religioso?”. Essa concepção de caráter prático é uma herança da Revolução Industrial, que conferiu à educação um papel preparatório para o mercado de trabalho, ou puramente propedêutico, não levando em consideração a dimensão subjetiva humana e a formação integral. Mesmo com os avanços educacionais, nas áreas das Ciências Humanas, não houve uma mudança significativa nos pressupostos de formação a ponto de gerar uma preocupação com a integralidade do ser, e as pessoas não conseguem identificar o fenômeno religioso como algo tão relevante quanto os cálculos ou a linguagem. (GARCEZ, 2018)

Para a compreensão da razão de ser do Ensino Religioso, (Makiyama 2012) é preciso partir de uma concepção de educação que a entenda como um processo global, integral, enfim, de uma visão de totalidade que reúne todos os níveis de conhecimento, dentre os quais está o conhecimento religioso. Mas para isso os professores devem estar preparados, capacitados e bem informados;

O professor não tem a obrigação de saber “tudo sobre todos”, também não é mero transmissor de conhecimentos, no entanto isso não pode ser desculpa para negligenciarmos nossas aulas. Se nos omitirmos, só contribuiremos para reforçar a ideia de que o ER é dispensável, já que não acrescenta conhecimento específico. Assim é aconselhável que se faça uso dos meios de pesquisa disponíveis, procurando em livros, sites, artigos e revistas, as

informações necessárias para a construção de um acervo para as aulas (GARCEZ 2013).

O conhecimento religioso enquanto patrimônio da humanidade necessita estar à disposição na Escola. Em virtude disso o Ensino Religioso tem se caracterizado pela busca de compreensão do sujeito, explorando temas de seu interesse, de forma interdisciplinar, com estratégias que considerem este novo perfil de indivíduo, estimulando sobretudo o diálogo (FONAPER, 2009, p.50).

2.2 Os Eixos Temáticos do ensino religioso

Sendo o Ensino Religioso um tipo de conhecimento humano ele deve estar disponível à socialização. Porém este conhecimento não deve servir ao proselitismo, mas proporcionar o conhecimento dos elementos básicos que compõem o fenômeno religioso (FONAPER-2009, p.52). Portanto de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Religioso - PCNER, o mesmo foi organizado por eixos de conteúdo, que facilitam a sua compreensão e na elaboração dos planejamentos de aula, sendo definidos como segue: “Culturas e Tradições Religiosas, Escrituras Sagradas, Teologias, Ritos e Ethos”.

Os PCNER definem o eixo Teologias como descrito abaixo:

Teologia é o conjunto de afirmações e conhecimentos elaborados pela religião e repassados para os fiéis sobre o Transcendente, de um modo organizado ou sistematizado. Como o Transcendente é a entidade ordenadora e senhor absoluto de todas as coisas, se expressa esse estudo nas verdades de fé. E a participação na natureza do Transcendente é entendida como graça e glorificação, respectivamente no tempo e na infinidade. Para alcançar essa infinidade o ser humano necessita passar pela realidade última da existência do ser, interpretada como ressurreição, reencarnação, ancestralidade, havendo espaço para a negação da vida além da morte. (FONAPER, 2009, p. 53)

A respeito de Teologia, Valdemir Damião em seu livro História das Religiões, dá a seguinte definição:

O termo “teologia” é derivado de duas palavras gregas, *theos* e *logos*, sendo que a primeira significa Deus e a segunda estudo, discurso ou doutrina. Em um sentido mais restrito, teologia pode ser definida como a doutrina de Deus. Em um sentido mais amplo, porém, pode-se definir teologia como a ciência de Deus e suas relações como o Universo. (DAMIÃO, 2007, p. 39)

Enveredando por esse caminho, daremos ênfase ao conteúdo estabelecido no eixo Teologias, trazendo um estudo mais aprofundado sobre as divindades no

seguinte aspecto: a descrição das representações do Transcendente em algumas das tradições religiosas. Valdemir Damião também menciona argumentos clássicos da filosofia, em defesa da existência do transcendente e o argumento ontológico de Anselmo Cantuária, que define Deus como:

[...] aquEle ser que não podemos conceber como não - existente. Se falarmos como não existência Divina, estaremos falando sobre uma contradição porque o Divino não pode deixar de existir. Em outras palavras, Deus é o SER necessário, ao passo que todas as outras coisas são decorrentes. (DAMIÃO, 2007 p.49)

O autor também nos aponta os caminhos de São Tomás de Aquino, teólogo considerado o maior representante do Escolasticismo (1225-1274) que expõe sua maneira de pensar sobre a existência de Deus nos seguintes termos:

Argumento baseado na contingência e na necessidade. Sem um Ser necessário outros seres, por serem contingentes, necessariamente desapareceriam da existência. O conceito do Ser, por si mesmo, conduz-nos ao ser corolário conceito do Ser necessário. Esse Ser é Deus. (DAMIÃO 2007 p.50).

Observando as ideias desses teólogos, percebe-se que há uma ênfase no exercício da razão que é propícia à fé, pois Deus, sendo o Ser Supremo e as almas humanas sendo intelectuais, teoricamente demanda afinidade.

Diante de tudo isso, o transcendente pode não ser concebido da mesma forma nas diferentes religiões. Há diferentes formas de divindade, masculinas e femininas, monoteístas ou politeístas, o que denotaria muito tempo e recursos, para apresentar uma pesquisa mais completa. Aqui serão abordadas apenas as tradições monoteístas Judaica e Cristã, pela sua proximidade e origem em comum.

2.2.1 A representação do Transcendente no Judaísmo

Ouve Israel, nosso Deus é um só!

Historicamente o judaísmo se constituiu como a primeira religião monoteísta da história, declarando isso explicitamente no que é conhecido por “*Shema de Israel*”, ou seja, uma oração registrada na Torah (texto mais sagrado para o judaísmo), mais especificamente no livro de *D’varim* (Deuteronômio) no capítulo 6, versículo 4, que de acordo com teólogo e tradutor David H. Stern significa: “*Ouçã, Ysra’el! ADONAI, nosso Deus, ADONAI, é um*” (STERN, 2010). A expressão “*Adonai é Um*”, deixa a concepção de divindade judaica bem explícita. Percebe-se que essa relação do povo de Israel

com o seu Deus, faz parte da identidade da nação judaica, como o povo escolhido e mantido pelos séculos por Ele.

Davis H. Stern, mostra que dentro dessa concepção, o Deus eterno e único, pode ser invocado e adorado individualmente, através da oração, dos cânticos e atos pessoais. No entanto a fé judaica tem um caráter coletivo e nacionalista. Assim no que se refere ao povo e seus erros (pecados), bem como suas necessidades enquanto nação, quem os representava eram os sacerdotes (Levitas – tribo de Levi), os quais tinham a função de representar o povo diante de Deus. Também era de suma importância a figura do “profeta”, que em contrapartida, representava ou falava em nome de Deus, diante do povo (STERN, 2010).

Outro aspecto importante sobre o conceito do transcendente para o Judaísmo, é sobre a natureza de Deus, revelado em seu nome divino e seu significado, a partir do que é chamado de tetragrama:

O Nome Hebraico de Deus – O Tetragrama

(י) yod (ה) he (ו) vav (ה) he Os caracteres hebraicos são escritos da direita para a esquerda, “YHWH” ou “JHVH” (VINE, 2006, p. 288).

Russell Norman Champlin resume a problemática do nome de Deus, no dicionário integrante de sua obra *O Antigo Testamento Interpretado Versículo por Versículo*, onde explica que o Tetragrama é transliterado para o alfabeto romano utilizado por nós e pela maior parte das línguas ocidentais por “YHWH”, isso porque o hebraico antigo possui uma característica comum entre as línguas semitas; “não possui vogais”, por isso essa dificuldade de se traduzir o nome de Deus para uma língua moderna sem alterar a sua grafia (CHAMPLIN, 2001).

Porém a questão da dificuldade na forma de como se pronuncia o nome divino, é mais antiga que isso. Segundo historiador judeu Flávio Joséfo, ela deriva do fato de que o nome só era falado pelo Sumo Sacerdote de Israel, uma vez ao ano quando entrava no Santo dos Santos ou “Santíssimo”, para oferecer sacrifícios (JOSÉFO, 2004).

O restante do povo, conforme o teólogo Jacques Von Allmen, não pronunciava o nome sagrado, mas usavam os termos “O Eterno” e “Senhor”, por uma questão de respeito à divindade e, segundo eles por obediência ao mandamento expresso nos Dez mandamentos, no livro Bíblico de Êxodo capítulo 20, versículo 7 onde diz: “Não

tomarás o nome do Senhor teu Deus em vão, pois o Senhor não terá por inocente aquele que tomar seu nome em vão". (BÍBLIA, 2004). Porém esse respeito era adotado de uma forma quase que supersticiosa, o que fez com que ao longo dos anos não se tivesse mais o conhecimento da pronuncia exata do nome sagrado (ALLMEN, 1963).

O outro aspecto importante apontado por Russell Norman Champlin, está relacionado ao significado do nome Sagrado, já que para o povo de Israel os nomes sempre tiveram uma grande importância. Segundo ele, esse assunto não chega a ser consenso entre os teólogos e intérpretes, mas todos concordam que a autodenominação "EU SOU", proferida por Deus a Moisés (Êx 3:14), revela a sua eternidade, ou seja, o fato de que Ele sempre existiu (STRONG, 2002). Este texto, juntamente com todo o contexto bíblico e pelo uso do verbo hebraico "ser", revela uma possível tradução do Tetragrama por "Aquele que existe por Si Próprio". Isso significa que Deus não foi criado, nem veio a existência a partir de um momento, mas que Ele, sendo eterno, sempre existiu (VINE, 2006). Eterno difere de infinito, pois esse sugere que algo não terá fim, mas pressupõe um começo. Já eterno afirma ambas as coisas; sem fim nem começo (CHAMPLIN, 2001)

2.2.2 A representação do Transcendente no Cristianismo

E o verbo se fez carne! (*Evangelho de João*)

No Cristianismo se aceita a concepção de uma tri-unidade divina, na qual Deus, mesmo sendo um, é revelado em três pessoas distintas e coexistentes, como afirma o credo Atanásio que diz:

Mas a fé universal é esta, que adoremos um único Deus em Trindade, e a Trindade em unidade. Não confundindo as pessoas, nem dividindo a substância. Porque a pessoa do Pai é uma, a do Filho é outra, e a do Espírito Santo outra. Mas no Pai, no Filho e no Espírito Santo há uma mesma divindade, igual em glória e co-eterna majestade. O que o Pai é, o mesmo é o Filho, e o Espírito Santo. O Pai é não criado, o Filho é não criado, o Espírito Santo é não criado. O Pai é ilimitado, o Filho é ilimitado, o Espírito Santo é ilimitado. O Pai é eterno, o Filho é eterno, o Espírito Santo é eterno. Contudo, não há três eternos, mas um eterno (ICP, 2005, pg. 1315).

Essa concepção de Deus tem por base o texto sagrado para os cristãos, a bíblia, conforme descreve o teólogo Ezequias Soares: "*A Bíblia ensina que a Trindade é a união de três Pessoas: o Pai, o Filho e o Espírito Santo, em uma só Divindade*" (SOARES, 2003, p. 69) e foi desenvolvida a partir do primeiro século da era Cristã e

ainda que não seja unanimidade para todas as religiões da cristandade, a concepção trinitária de Deus, é artigo de fé da maioria das denominações cristãs.

O Deus Todo Poderoso que, por amor à humanidade, se esvaziou de sua glória e se fez humano, entregando-se para morrer em nosso lugar, mas que ressuscitou e subiu aos céus, depois enviou o Espírito Santo como consolador para a humanidade, resume a saga do transcendente do Cristianismo. Essa cosmovisão, diferencia a religião Cristã das demais religiões, pois sua mensagem é centralizada na pessoa de Jesus. Como diz Luis Palau:

Você pode ter o confucionismo sem Confúcio, o budismo sem Buda e o judaísmo sem Abraão ou Moisés. O Cristianismo é diferente. O relacionamento com Jesus Cristo é a origem, a motivação e o alvo da verdadeira fé cristã. Isso requer fé na realidade de que Cristo vive, em Sua divindade e, ainda, que Ele nos convida a conhecê-lo de forma pessoal. (Palau, 2001)

O relacionamento pessoal com Jesus, é requisito básico para o cristão, tendo consciência que ele é Deus. Esse aspecto em particular, torna o Cristianismo alvo de diversas críticas, pois a reivindicação de que Jesus, sendo homem, ainda assim era Deus, não encontra precedentes na história das religiões (LEWIS, 2019). Fora do meio cristão, há quem considere Jesus um revolucionário cultural, por dar as mulheres uma atenção e importância diante da sociedade, que não era comum naquela época. Há outros ainda, que o tem em grande estima, pelo fato de ter sido um “Rabi” E há aqueles que o comparam a outros líderes religiosos, como sendo uma referência de bondade, caridade e perdão, pois o senso de justiça da época, foi profundamente confrontado com o conceito de perdoar até mesmo os inimigos (YANCEY, 2004).

Essa ideia de perdão e de não responder na mesma proporção, conforme a Lei de Talião, que foi citada pelo próprio Jesus, quando disse “*olho por olho, dente por dente*” (Mateus 5:38-42), era inovadora para a época e ainda é considerada como um padrão moral extremamente elevado (PALAU, 2001). Ao que parece naquele tempo, devolver as ofensas ou agressões na mesma moeda, era sinônimo de justiça. Alguém que pregasse a não violência e o perdão como forma de resposta, com certeza seria um referencial de bondade e de promoção da paz (YANCEY, 2004). Porém nenhuma dessas considerações sobre os ensinamentos de Jesus, sobre sua bondade e moral elevadas, são mais admiradas ou questionadas, que as suas declarações sobre sua origem divina. É como se os ensinamentos morais, seus exemplos de bondade e caridade, fossem aceitos quase unanimemente, mas suas falas e ensinamentos que tratam sobre sua natureza, causassem o repúdio de alguns (LEWIS, 2019).

O escritor cristão C. S. Lewis, que se tornou uma referência literária e filosófica, aborda essa questão de uma forma um tanto radical, quando se refere à opinião que as pessoas poderiam desenvolver, ao tomar conhecimento dos ensinamentos e falas de Jesus. Ele diz ser compreensível que alguém, ao se referir a Deus com tamanha intimidade e com os termos que Jesus empregou, tais como; *“eu e o Pai somos um”* (João 10:30) e *“quem vê a mim, vê o Pai”* (João 14:9), deixasse as pessoas assustadas, sobretudo quem crê na existência de um único Deus. E apesar de passados dois milênios dessas afirmações, sua compreensão ou mesmo aceitação, é difícil para muitos. No entanto para os cristãos, essa comparação é insuficiente e não faria jus ao verdadeiro conceito sobre o Cristo:

Estou tentando impedir que alguém repita a rematada tolice dita por muitos a seu respeito: "Estou disposto a aceitar Jesus como um grande mestre da moral, mas não aceito a sua afirmação de ser Deus." Essa é a única coisa que não devemos dizer. Um homem que fosse somente um homem e dissesse as coisas que Jesus disse não seria um grande mestre da moral. Seria um lunático - no mesmo grau de alguém que pretendesse ser um ovo cozido — ou então o diabo em pessoa. (Lewis, 2017).

Em resumo, Lewis diz que Jesus falou coisas que não podem ser ignoradas. Coisas tão incomuns e maravilhosas, que se você não for cristão, pode até considerá-lo um doido varrido, mas compará-lo a outros ícones religiosos, é algo inaceitável.

Faça a sua escolha. Ou esse homem era, e é, o Filho de Deus, ou não passa de um louco ou coisa pior. Você pode querer calá-lo por ser um louco, pode cuspir nele e matá-lo como a um demônio; ou poderá cair de joelhos a seus pés e chamá-lo de Senhor e Deus. Mas não me venha com essa conversa mole de ele ter sido um grande mestre de moral, pois Ele não nos deu essa alternativa e nem tinha essa pretensão. (Lewis, 2017).

Assim, Lewis considera que para os cristãos, é essencial tê-lo como Deus, caso contrário sua fé não é genuína. Claro que esse radicalismo na exposição da ideia, é uma opinião pessoal do escritor. Mas não é possível negar que o diferencial do Cristianismo, reside na relação pessoal dos fiéis, com aquele que os salva e chama de amigos (João 15:15), nesse caso o próprio Jesus. Porém é necessário pontuar aqui, que Jesus de Nazaré, considerado o Cristo ou Messias, que fora prometido ao povo de Israel, viveu sua humanidade por aproximadamente 33 anos entre seus discípulos. Tal fato é historicamente aceito por historiadores e pesquisadores, tanto religiosos, quanto seculares. O chamado Jesus histórico, é objeto de teses, dissertações e de livros, ainda que apenas no âmbito de sua existência puramente humana, sem admissão de seus milagres e principalmente a ressurreição, os quais

tem registro praticamente apenas nos Evangelhos, que do ponto de vista científico e histórico, não seriam confiáveis, conforme argumenta Karen Armstrong:

Sabemos muito pouco sobre Jesus. O primeiro relato mais abrangente sobre sua vida aparece no evangelho segundo São Marcos, que só foi escrito por volta do ano 70, cerca de 40 anos depois de sua morte. Àquela altura, os fatos históricos achavam-se misturados a elementos míticos que expressavam o significado que Jesus havia adquirido para seus seguidores. É esse significado, basicamente, que o evangelista nos apresenta, e não uma descrição direta e confiável (Armstrong, 1998).

De qualquer forma a existência de Jesus, quer seja unicamente humana ou mesmo divina, se deu de forma física por um momento limitado, dentro do espaço geográfico e do tempo, o que não permitiria a todos os cristãos, em todas as épocas e lugares, de se relacionarem pessoalmente com ele, como preconiza os ensinamentos dos Evangelhos e dos Apóstolos. Assim, dentro da cosmovisão cristã, haveria a necessidade de uma forma onipresente de Jesus, que perpassasse o tempo e o espaço, de acesso em qualquer momento e lugar, e que também pudesse estar dentro do cristão, dando-lhe a certeza da presença e do amor de Deus. Nas palavras de Jesus, pode-se ter a noção de como esse problema seria resolvido; *“Mas quando vier o Consolador, que eu da parte do Pai vos hei de enviar, aquele Espírito da verdade que procede do Pai, ele testificará de mim”* (João 15:26). Esse texto do Evangelho de João, juntamente com o que o apóstolo Paulo escreveu em sua carta aos Romanos; *“Porque o mesmo Espírito, testifica com o nosso espírito, de que somos filhos de Deus”* (Romanos 8:16), mostra que na economia divina, o plano já estava pronto.

O Pai lhes enviará outro Consolador!

Com essas palavras, registradas no Evangelho de João, capítulo 14 e versículo 16 (BÍBLIA, 2004), Jesus informa aos seus apóstolos, que o problema da limitação geográfica e temporal, seria resolvido com o envio do *paráclitos*, que significa o consolador ou ajudador no grego (STRONG, 2002), ou seja, o próprio Espírito de Deus ou Espírito Santo, que por sua natureza onisciente, onipresente e onipotente, estaria disponível a todos os cristãos de todas as eras da Igreja. Agora a terceira pessoa da trindade assume o destaque na história cristã. Não que a sua presença não fosse importante antes disso, conforme nos mostra Josadak Lima:

Com efeito, o Espírito Santo atua em toda a Bíblia. Assim como revelou a verdade de Deus aos personagens do Antigo Testamento, também o fez no Novo Testamento, concedendo visões e sonhos às pessoas (Atos, 10:1-20). Sobretudo, revelou profecias e escrituras que guiaram os escritores sacros dos textos do Novo Testamento (2ª Pedro, 1:21; 3:15-16; 1º Timóteo 3:16). É curioso observar que o Espírito Santo foi mencionado no Antigo Testamento, sem o adjetivo *Santo*. Em síntese, a pessoa do Espírito Santo participou

ativamente na Criação; esteve presente milagrosamente na vida e no ministério dos primeiros governantes de Israel, os juizes, e posteriormente na vida dos reis de Israel e Judá. (Lima, 2017).

O que difere é que a partir desse ponto, o Espírito Santo se torna o protagonista da fé cristã, o consolador no lugar de Jesus, completando a Obra redentora, onde o Pai é o criador, Jesus o salvador e o Espírito Santo aquele que convence o ser humano; *“Quando ele vier, convencerá o mundo do pecado, da justiça e do juízo”* (João 16:8). Como parte integrante da trindade, o Espírito Santo sempre teve grande relevância, mas na Nova Aliança assume o papel de agir na consciência humana:

Essa definição indica que o Espírito Santo é o membro da Trindade que as Escrituras, com mais frequência representam como aquele que está presente para fazer a obra de Deus no mundo. Embora isso seja real, até certo ponto, ao longo de toda a Bíblia, é particularmente verdadeiro na era da Nova Aliança. No Antigo Testamento, a presença de Deus, muitas vezes, foi manifestada em sua glória e nas teofanias. Nos Evangelhos o próprio Jesus manifestou a presença de Deus entre os homens. Mas depois que Jesus subiu ao céu e, então, continuamente por toda a era da igreja, o Espírito Santo tornou-se a principal manifestação da presença da Trindade entre nós. Ele é quem está presente de modo mais proeminente entre nós, agora. (Lima, 2017).

Para os cristãos da atualidade e a partir da ascensão de Jesus ao céu, o Espírito Santo passa a fazer parte do cotidiano e da vida da igreja e dos indivíduos em particular, conforme o texto que o apóstolo Paulo escreveu em sua carta aos cristãos da cidade de Corinto, orientando sobre essa habitação divina no interior dos cristãos; *“Vocês não sabem que são santuário de Deus e que o Espírito de Deus habita em vocês?”* (1Coríntios 3: 16), ensino esse que é repetido pelo apóstolo e outros escritores bíblicos em outras partes do Novo Testamento como em João 14:17, 2Coríntios 6:16, 2Timóteo 1:5 e 14, Tiago 4:5 e em Romanos 8:9-11 como registrado abaixo:

Vós, porém, não estais na carne, mas no Espírito, se, de fato, o Espírito de Deus habita em vós. E, se alguém não tem o Espírito de Cristo, esse tal não é dele. Se, porém, Cristo está em vós, o corpo, na verdade, está morto por causa do pecado, mas o espírito é vida, por causa da justiça. Se habita em vós o Espírito daquele que ressuscitou a Jesus dentre os mortos, esse mesmo que ressuscitou a Cristo Jesus dentre os mortos vivificará também o vosso corpo mortal, por meio do seu Espírito, que em vós habita. (Bíblia, 2004).

Em resumo, a representação do transcendente cristão, parte da concepção trinitária e, ainda que não seja unanimidade, a maior parte das denominações cristãs, acredita e ensina dessa forma. Também defendem a necessidade de um

relacionamento pessoal do indivíduo com Deus, na pessoa de Jesus Cristo, através do Espírito Santo, como algo fundamental.

3 METODOLOGIA

A metodologia usada para o trabalho proposto foi qualitativa, utilizando-se da técnica da revisão bibliográfica

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos perceber que a trajetória do Ensino Religioso, desde sua concepção, até a efetivação como disciplina do currículo escolar, passou por diversas etapas e ainda suscita discussões no meio acadêmico e educacional, bem como entre os leigos do assunto. Mas também constatamos a importância dessa área do conhecimento, para a construção de uma educação integral, pluralista e de respeito às diferenças, que contemple a influência do fenômeno religioso na sociedade e na vida das pessoas, bem como a compreensão da própria trajetória humana e das religiões e crenças ao longo da história da humanidade. Sendo o conhecimento religioso, um dos vários tipos de conhecimento, ele deve estar disponível a todos e a escola tem esse papel, de disponibilizar o conhecimento.

Também se conclui no presente trabalho, que apesar de o Cristianismo ser derivado do Judaísmo e ambos admitirem a existência de um único Deus, as duas religiões estão longe de concordarem sobre a natureza de seu transcendente. Para os cristãos em geral, aparentemente não há contradição na unidade de Deus, com a tri-unidade proposta pela teologia trinitária. Já para os judeus, o Eterno não pode ser mensurado, muito menos dividido em três entes, ainda que com a mesma natureza. Cabe lembrar que o Cristo para os cristãos, é o Messias que era e ainda é esperado pelo povo de Israel.

Essas conclusões nos ajudam a compreender um pouco melhor a concepção do Transcendente monoteísta, na sua religião de origem, o Judaísmo e na de maior religião em número absoluto de fiéis no mundo, o Cristianismo, se levarmos em consideração o Catolicismo e o Protestantismo juntos. Também nos ajuda a compreender como tal concepção influenciou a história, a cultura, a educação a economia, a ciência e a filosofia ao longo dos séculos, sobretudo no mundo

ocidental e, como tal, não podemos deixar de admitir a sua importância.

Diante de todo o exposto acima e, cientes de que há pouco material didático de Ensino Religioso, que não tenha caráter confessional ou proselitista, o presente trabalho poderá servir de uma das bases para a confecção de material didático pedagógico, em linguagem acessível e contextualizada aos preceitos da BNCC e Propostas Curriculares dos estados e municípios.

REFERÊNCIAS

ALLMEN, Jean Jacques Von. **Vocabulário Bíblico**, ASTE, São Paulo – SP, 1963.

AULETE, Caldas. **Novíssimo Aulete dicionário contemporâneo da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro - RJ: Lexicon, 2011.

AURÉLIO – **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. Curitiba - PR: Editora Positivo, 2004.

ARMSTRONG, Karen. **Em nome de Deus**, Companhia das Letras. São Paulo - SP, 2009.

ARMSTRONG, Karen. **Uma História de Deus**, Companhia das Letras. São Paulo - SP, 1998.

BÍBLIA Sagrada. Tradução de João Ferreira de Almeida - **Versão Revista e Atualizada**. Sociedade Bíblica do Brasil, Barueri - SP, 2004.

BOWKER, John. **Deus: Uma breve história**. Ed. Globo. São Paulo – SP, 2002.

BRASIL, CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO. **Edição administrativa do texto promulgado em 5 de outubro de 1988, consolidado até a Emenda Constitucional nº 99/2017**. Secretaria de Editoração e Publicações – Senado Federal, Brasília – DF, 2019.

_____. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Publicada no Diário Oficial da União nº 191-A, de 5 de outubro de 1988. In: OLIVEIRA, Juarez de: organização dos textos, notas remissivas e índices, 5ª ed. São Paulo: Saraiva.1991.

_____. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília. In. Diário Oficial da União, 20 de dezembro de 1996, seção I. Disponível em : <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394compilado.htm>. Acesso em 18 de agosto de 2021.

CATÃO, Francisco. **O Fenômeno Religioso**, Editora Letras & Letras, São Paulo - SP 1995.

CHAMPLIN, Russell Norman. **Dicionário Bíblico – Antigo Testamento Interpretado versículo por versículo**. Ed. Agnos, São Paulo – SP, 2001.

CNBB, Conferência Nacional do Bispos do Brasil. **Ensino Religioso no Cenário da Educação Brasileira – Aspectos históricos e sócio-político-culturais**. Brasília: Edições CNBB, 2007.

DAMIÃO, Valdemir. **História das Religiões**, CPAD. 3º edição. Rio de Janeiro-RJ, 2007.

JOSÉFO, Flávio. **A História dos Hebreus**, CPAD, 8ª edição. Rio de Janeiro – RJ, 2004.

FONAPER. Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso. **Parâmetros Curriculares Nacionais – Ensino Religioso**. São Paulo - SP: Mundo Mirim, 2009.

GARCEZ, Pedro Luís. **A diferença não tão evidente entre aula de religião e Ensino Religioso**. Revista Filosofia Ciência & Vida, p. 29, Edição 142, Editora Escala, São Paulo – SP, 2018.

_____. **Pelo respeito às crenças na sala de aula**. Jornal Mundo Jovem, p. 9, Porto Alegre - RS, fev. 2010.

_____. **O Ensino Religioso e a razão de ser**. Jornal Mundo Jovem, p. 8, Porto Alegre, fev. 2013.

ICP - Instituto Cristão de Pesquisas. **Bíblia Apologética de Estudo**, editora ICP, Jundiaí – SP, 2005.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário Básico de Filosofia**. Rio de Janeiro - RJ: Zahar, 2006.

JUNQUEIRA, Sérgio R. Azevedo. **Ensino Religioso: aspectos legal e curricular**. São Paulo - SP: Paulinas, 2007.

LEWIS, C.S. **Cristianismo Puro e Simples. 1ª Edição**. Rio de Janeiro – RJ, Thomas Nelson Brasil. 2017.

_____. **O Peso da Glória. 2ª Edição**. Rio de Janeiro – RJ, Thomas Nelson Brasil. 2019.

LIMA, Josadak; BEZERRA, Cícero Manuel. **Teologia dos dons espirituais: uma perspectiva pentecostal**. Curitiba - PR: Editora Intersaberes, 2017.

PALAU, Luis. **Deus é Essencial: Encontrando força e paz no mundo de hoje**. Editora United Press. Campinas – SP, 2001

Proposta Curricular de Santa Catarina. **Implementação do Ensino Religioso**, Florianópolis – SC. 2001.

SOARES, Esequias. **Manual de Apologética Cristã**. CPAD, Rio de Janeiro – RJ, 2003.

STERN, David H. **Bíblia Judaica Completa.**: Ed. Vida, São Paulo – SP, 2010.

STRONG, James. **Dicionário Bíblico Strong; Léxico Hebraico, Aramaico e Grego de Strong.** Sociedade Bíblica do Brasil, Barueri – SP, 2002.

VINE, W. E. Merrill F. Unger, Willian White Jr. **Dicionário Vine – O significado Exegético e Expositivo das Palavras do Antigo e Novo Testamento.** CPAD, Rio de Janeiro – RJ, 2006.

YANCEY, Philip. **O Jesus que eu nunca conheci.** Ed. Vida, São Paulo – SP, 2004.

_____. **Descobrimo Deus nos lugares mais inesperados.** Ed. Mundo Cristão, São Paulo – SP, 2005.